

FOUCAULT: SOCIEDADE CIVIL E *HOMO OECONOMICUS* NO NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA

Daniel Branco*

Resumos: O presente artigo tem a objetivo de estudar as ideias de sociedade civil e de *homo economicus* na aula do dia 4 de abril de 1979, tal como consta na obra *Nascimento da Biopolítica*, de Michel Foucault (1926-1984). Ao longo das páginas que se seguirão será feita uma introdução ao assunto ora investigado, bem como uma exposição do tema e aprofundamento da questão, utilizando-se especialmente da singularidade das ideias de Foucault, mas também do diálogo do filósofo francês com outros autores.

Palavras-chave: Sociedade. Economia. Soberano. Vínculo. Governamentalidade.

FOUCAULT: CIVIL SOCIETY AND *HOMO OECONOMICUS* IN THE BIRTH OF BIOPOLYTICS

Abstract: The present article aims to study the ideas of civil society and *homo economicus* in the lecture of April 4 of 1979, as published *The Birth of Biopolitics*, Michel Foucault's (1926-1984 book. Throughout the pages that follow, an introduction will be made to the subject investigated, as well as an exposition of the theme and a deepening of the issue , using especially the singularity of Foucault's ideas, but also using the dialogue of the french philosopher with other authors.

Keywords: Society. Economy. Sovereign. Bond. Governmentality.

* Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Licenciado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia Integrada (FATIN) e diplomado em Especialização em História do Brasil pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA). E-mail: darturemidio-26@hotmail.com.

Introdução

Este artigo tem a finalidade de investigar os conceitos de sociedade civil e de *homo economicus* na aula ministrada dia 4 de abril de 1979, registrada no livro *Nascimento da Biopolítica*, de Michel Foucault. Para tanto, haverá três seções nas páginas que se seguem. A primeira seção fará considerações preliminares sobre o conteúdo da aula ministrada por Foucault. A segunda seção estudará a aula do dia 4 de abril de 1979, onde há uma discussão profícua sobre a ideia de sociedade civil e de *homo economicus*. A terceira e última seção aprofundará o assunto mediante o diálogo entre Foucault e alguns autores, em especial Adam Ferguson (1723-1816). Assim, propõe-se brevidade no tratamento da questão, mas clareza e relevância naquilo que for exposto.

1. Considerações preliminares

“Foucault não estava preocupado em buscar a causa da constituição do mercado como instância de verificação, mas a história da governamentalidade ocidental” (VALEIRÃO, 2010, p. 137). Esta declaração ajudará a compreender a aula do dia 4 de abril de 1979, presente na obra *Nascimento da Biopolítica*, de Michel Foucault. Neste livro, no qual há um conjunto de aulas por ele ministradas, a aula aqui estudada é importante para se entender o que ele pensava sobre soberania, sociedade civil, economia, entre outras coisas. Na aula, o autor francês descreve o movimento de mudança social do que vai do fim do sistema medieval e da governamentalidade sujeita ao soberano ao inicial do conceito de sociedade de mercado. Para tanto, Foucault se vale especialmente da noção de sociedade civil de *homo economicus*, mas sem deixar de tocar em outras questões.

Danner sustenta que, para se compreender a ideia de Estado e de soberania do mundo pré-moderno em Foucault, é necessário a compreensão do conflito de poderes ou, para usar uma terminologia foucaultiana, o conhecimento dos micro-poderes que perpassam a estrutura social.

Uma das principais ideias que perpassam a analítica do poder de Foucault é uma espécie de deslocamento em relação à teoria política tradicional, que atribuía ao Estado o monopólio do poder. O que parece evidente nas investigações de Foucault é a existência de uma rede de micro-poderes a ele (ao Estado) articulados e que atravessam toda a estrutura social. Portanto, trata-se de buscar analisar o poder partindo não do seu centro (Estado) e ver como ele se exerce em níveis mais baixos da sociedade (análise descendente), mas sim o inverso, isto é, partir desses micro-poderes que atravessam a estrutura social e ver como eles se relacionam com a estrutura mais geral do poder que seria o Estado (análise ascendente) (DANNER, 2010, pp. 144-145).

Tomando como parâmetro essas informações iniciais, se dará início ao estudo dessa aula. Sem pretensões de esgotar o assunto em Foucault, aqui se fará uma investigação sucinta, mas rebuscada do que o filósofo francês expôs sobre o assunto aos seus alunos no final da década de 1970.

2- Aula do dia 04 de abril de 1979: Sociedade Civil e *Homos Oeconomicus*

Foucault começa a aula de 4 de abril de 1979 explicando a relação entre o *homo oeconomicus* e o soberano. Para ele, havendo uma mudança estrutural da sociedade medieval para a sociedade moderna, mudou-se também a forma como o soberano atua nessa sociedade. Se na Idade Média até por volta do século XVII acima do soberano estava Deus e os desígnios de sua providência, isto é, a vontade de Deus guiava o curso dos acontecimentos - tal soberania não tinha um poder absoluto sobre os cidadãos, visto que uma possível desobediência ao soberano para obediência a Deus estava presente na mente do homem medieval - na idade moderna o mercado tomou o lugar de Deus, ou, em outras palavras, o mercado tomou dimensões inter-estatais, de forma que o soberano não tem controle sobre ele, antes, por vezes é agente passivo diante do mercado.

Desde o desenvolvimento do capitalismo até os dias atuais o soberano só desenvolveu duas possibilidades de ação, para Foucault. A primeira é ele poder mexer em tudo, menos no mercado. A segunda é, como querem os fisiocratas, ele ser uma espécie de geômetra que reconhece as realidades geométricas, mas o fato de que ele, ao

mesmo tempo, não atuará no mercado e não estará distante dele. O homem deve reconhecer o mercado, servir como um teórico do processo econômico e ser um observador atento da economia:

A primeira solução, que consiste em limitar a atividade do soberano a tudo o que não seja o mercado, consiste em manter a própria forma da razão governamental, a própria forma da razão do estado, fazendo simplesmente uma subtração, a do objeto mercado, ou do campo do mercado, ou do campo econômico. A segunda solução, a dos fisiocratas, consiste em manter toda a extensão da esfera de atividade da governamentalidade, mas em modificar em seu fundo a própria natureza da atividade governamental, já que se muda o coeficiente, já que se muda o indexador, e de atividade governamental ela se torna passividade teórica, ou ainda ela se torna evidência (FOUCAULT, 2008, pp. 399-400)

O problema, segundo Foucault, é que a solução para a relação Estado e *homo oeconomicos* não é satisfatória, pois de um lado, para o mercado realmente ser livre, o soberano deveria não existir ou ser apenas um racional, teórico ou geômetra do processo econômico, quando o próprio soberano é um sujeito econômico.

A saída proposta por Foucault para esse impasse é a “ emergência de um novo objeto, de uma nova área, de um novo campo de referência que é, de certo modo, o correlativo da arte de governar que está se construindo em função deste problema: sujeito de direito-sujeito econômico” (IBIDEM, 2008, 401). Esse novo campo de referência é, para Foucault, a sociedade civil:

Para que a governamentalidade possa conservar seu caráter global sobre o conjunto do espaço de soberania, para que ela não tenha tampouco de se submeter a uma razão científica e econômica que faria que o soberano tivesse de ser, ou um geômetra da economia, ou um funcionário da ciência econômica, para que tampouco se tenha de cindir a arte de governar em dois ramos, a arte de governar economicamente e a arte de governar juridicamente, em suma, para manter ao mesmo tempo a unidade da arte de governar, sua generalidade sobre o conjunto da esfera de soberania, para que a arte de governar conserve sua especificidade e sua autonomia em relação a uma ciência econômica, para responder a essas três questões é preciso dar à arte de governar uma referência, um espaço de referência, um campo de referência novo, uma realidade nova sobre a qual se

exercerá a arte de governar, e esse campo de referência novo é, creio eu, a sociedade civil. (IBIDEM, 2008, p. 402)

Foucault acrescenta:

A sociedade civil é, ao meu ver, um conceito de tecnologia governamental ou antes, é correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deve indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca. A economia jurídica de uma governamentalidade indexada à economia: é esse o problema da sociedade civil e creio a sociedade civil, aquilo que aliás logo se chamará de sociedade, o que se chamar no fim do século VIII de nação, aliás, tudo isso é que vai possibilitar a uma prática governamental e uma arte de governar, logo a uma tecnologia governamental, uma autolimitação que não infringe tampouco nem sua exigência de generalidade governamental nem a necessidade de uma onipresença do governo a que nada escapa, um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará o social (IBIDEM, 2008, p. 403).

3. Desenvolvendo a questão: o diálogo com Adam Ferguson e outros autores.

Para Foucault, *homo oeconomicos* e a sociedade civil não podem ser separadas. Ele explica mais detalhadamente a sociedade civil tomando como parâmetro o pensamento de Ferguson e destacando quatro características principais dela: primeiro, a sociedade civil entendida como constante histórico-natural; segundo, a sociedade civil como princípio de síntese espontânea; terceiro, a sociedade civil como matriz permanente de poder político; e quarto, a sociedade civil como elemento motor da história.

Falando da primeira característica, Foucault explica que para Ferguson a história é, de fato, natural, isto é, não existe um estágio da história da humanidade que seja não-social e se houver está para além de tudo que se pode conhecer. O estado de natureza humana não é a selvageria e a guerra, senão o viver em sociedade. Já na segunda característica o filósofo francês explana que a sociedade civil assegura a síntese espontânea dos indivíduos, conquanto é desprovida de contrato, de união voluntária, de

renúncia de direitos naturais a um outro, nem um pacto de sujeição á soberania. Antes, a sociedade civil é a soma das satisfações individuais no próprio vínculo social. Diz Foucault:

O que vincula os indivíduos na sociedade civil é o instinto, é o sentimento, é a simpatia, são os movimentos de benevolência dos indivíduos uns para com os outros, é a compaixão, é também a repugnância a outros indivíduos, é a repugnância á infelicidade dos indivíduos, mas é eventualmente o prazer que podemos sentir com a infelicidade de outros indivíduos de que vamos nos separar. Logo, é essa a primeira diferença entre o vínculo que une os sujeitos econômicos e os indivíduos que fazem parte da sociedade civil, há todo um interesse não egoísta, todo um jogo de interesses não egoísta, todo um jogo de interesses desinteressados muito mais amplos que o próprio egoísmo (IBIDEM, 2008, p.409)

Ele acrescenta que, sendo a sociedade civil aquela estruturada por uma união regrada pelo afeto, benevolência, reciprocidade, simpatia, entra em contraste com a relação de sujeitos econômicos, uma vez que tal relação é de concorrência, egoísmo, não-adesão, não benevolência. Desse modo, evidencia-se que a sociedade civil não possui dimensões universais, baseando-se apenas na relação amigável de conhecidos. “Ela não é humanitária, mas é comunitária”. De forma oposta, as relações econômicas não se baseiam em afeto, mas em lucro, não visam amizade, mas superação e estratégia. Elas, não são, por isso, territoriais, mas têm dimensões globais, uma vez que quanto mais se estende o lucro, melhor é.

Apesar desse contraste Foucault diz que é justamente a sociedade civil que é o veículo do vínculo econômico. Ora, se a sociedade sempre existiu ou, pelo menos, é impossível se compreender a ideia de uma não-sociedade, é plausível que o vínculo econômico, que requer um sujeito de ação, se desenvolva dentro dessa sociedade. Existindo ali, quanto mais a economia se estabelecer mais os vínculos vão se desfazendo e o individuo se isola, se torna egoísta, e busca seu próprio lucro. Mesmo a sociedade civil não se desfazendo por completo - pois, como já se falou, ela assegura síntese espontânea dos indivíduos - ela é constantemente ameaçada pelo vínculo econômico.

A terceira característica da sociedade civil, observada pelo autor francês, é que ela é uma matriz permanente de poder político. Porém, se a sociedade civil é lugar de união, como ela pode ser matriz de poder político? Foucault explica, se valendo de Ferguson, que o poder da sociedade civil precede o poder jurídico do estado de direito. É um poder natural como as particularidades orgânicas do corpo humano. A sociedade civil, desse modo, é uma espécie de corpo, sendo que os braços têm funções diferentes das pernas, os olhos funções diferente dos ouvidos e assim por diante, mas todos possuindo um mesmo objetivo. Isto porque, embora cada pessoa seja, em certo sentido, diferente e exerça funções diferentes das outras na sociedade civil, todas estão em união fraterna, benévola. Uns vão dar ordens, enquanto outros vão obedecer. Com efeito, a vontade daquele se utiliza do poder é de tal forma a vontade do grupo que, em certo sentido, a decisão também é do grupo. O poder, portanto, existe na sociedade civil como um desenvolvimento natural das relações, sem necessidade de regulamentos estatais ou constitucionais.

A última característica da sociedade civil, como Foucault explica, é a de ser o motor da história. Ora, se ela é a síntese espontânea, assim como subordinação espontânea, então é estável e nela não deve haver progresso. É o que parece acontecer, segundo Ferguson, com os nativos norte-americanos, que vivem em comunidade, possuem líderes que mal podem ser reconhecidos e não dão sinais de um progresso. Entretanto, como já foi dito, é também na sociedade civil que se estabelece o mecanismo econômico em que a história se desenvolve, posto que as desigualdades geradas pelos sujeitos econômicos egoístas provocam mudanças capazes de separar o convívio entre o antes e o depois, enfim, em fazer história.

Foucault, para melhor explicar essa ideia, apela para a distinção de Ferguson da história da sociedade civil, que, segundo ele, passou por três fases: a da selvageria a da barbárie e a da civilização. Explica Foucault:

O que é a sociedade selvagem? É a sociedade de caça, é a sociedade de pesca, é a sociedade da produção natural, sem agricultura, sem criação de animais propriamente dita. É, portanto, uma sociedade sem propriedade, e nela encontramos alguns elementos, algum início de subordinação e de governo. Depois, com os egoísmos econômicos,

com os interesses econômicos agindo, com cada um querendo ter o seu quinhão, passa-se da sociedade selvagem á sociedade Bárbara. Com isso temos novas instituições econômico políticas: rebanho que pertencem a indivíduos, pastos que pertencem seja a comunidades, seja a indivíduos. Começa a se instaurar a sociedade privada, mas uma sociedade privada que não é garantida por leis, e a sociedade civil adquire nesse momento a forma de relações entre patrono e cliente, amo e servidor, família e escravo, etc. Temos ai como veem, toda uma mecânica propriamente econômica que mostra como, a partir da sociedade civil, a partir do jogo econômico que a sociedade civil torna possível e, de certo modo, abriga em seu seio, vai se passar a toda uma série de transformações histórica. O que faz a unidade do tecido social é, ao mesmo tempo, o que faz o principio da transformação história e do dilaceramento do tecido social (IBIDEM, 2008, p. 416).

A segunda função da sociedade civil em relação à história é a de articulá-la ao vínculo social. Por a sociedade civil ser formada de pessoas que vivem comunitariamente, a história, advinda do egoísmo do mecanismo econômico, provocará mutações perpétuas na sociedade civil. A terceira função da sociedade civil em relação à história é que ela “ permite designar e mostrar uma relação interna e complexa entre o vínculo social e a relação de autoridade com o governo” (IBIDEM, 2008, p. 418). Ela promove uma relação íntima e complexa entre comunidade e regras, entre cidadãos e governo.

Foucault, então, vai apresentar algumas possíveis soluções para esse impasse entre sociedade civil e Estado ou Governo. A primeira tese que ele apresenta é a de Jung Stilling (1740-1817), que diz que a sociedade tem três eixos, a família, a criadagem ou a propriedade e o Estado. A segunda é a de Bensen (1761-1805), que diz que a sociedade civil dever ser concebida como tendo passado sucessivamente por três etapas, a etapa da sociedade familiar, a etapa da sociedade civil propriamente dita e a etapa da sociedade de Estado, da sociedade estatal. A terceira e última tese apresentada por Foucault é a de Schlozer (1735-1809), que diz que se pode encontrar vários tipos de sociedade: um tipo absolutamente universal, que vale ao longo do tempo e, principalmente, em todo o espaço e em toda geografia do mundo - que não pode existir sociedade sem sociedade familiar. Ainda diz Schlozer que atualmente existe um tipo de sociedade que é a

sociedade civil, que está presente em todas as formas de agrupamento humano que conhecemos hoje.

Foucault diz que o problema da relação sociedade civil e Estado vem de muito tempo. Ela dá o exemplo da Idade Média até o século XVI, onde o governo se dava com base na sabedoria. Sabedoria essa que implica conhecimento da verdade, verdade de Deus e do texto religioso. Também tomando como exemplo os séculos XVI e XVII, vê-se, segundo o filósofo francês, que é a racionalidade que alavanca o governo. Foucault ainda acrescenta que é o governo pela racionalidade que é forma moderna de existência da atividade governamental. É quando o soberano diz “Eu, o Estado” que nesse período se dá a regulação do Estado. Porém, diante da problemática entre soberano, governo e mercado, nasce a racionalidade dos governos, a racionalidade liberal, a saber, “como regular o governo, a arte de governar, como fundar o princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados” (IBIDEM, 2008, p. 423). Essas conclusões, entretanto, não querem dizer que a racionalidade do indivíduo soberano que diz “Eu, o Estado” esteja abandonada. Nem o governo regulado pela verdade não existe mais. Como diz Foucault:

É nisso que vocês veem no mundo moderno, o mundo que nós conhecemos desde século XIX, toda uma série de racionalidades governamentais que se acavalam, se apoiam, se contestam, se combatem reciprocamente. Arte de governar pautada pela verdade, arte de governar pautada pela racionalidade do Estado soberano, arte de governar pautada pela racionalidade dos agentes econômicos. São todas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar que, acavalandose reciprocamente, vão ser grosso modo, objeto do debate político desde o século XIX (IBIDEM, 2008, p.424)

Questionando e ao mesmo tempo afirmando que a política é o jogo dessas diferentes artes de governar com seus indexadores e o debate que essas diferenças suscitam Foucault diz:

Arte de governar pautada pela verdade, arte de governar pautada pela racionalidade do Estado soberano, arte de governar pautada pela

racionalidade dos agentes econômicos, de maneira mais geral, arte de governar pautada pela racionalidade dos próprios governados. São todas essas diferentes artes de governar, essas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar que, acavalandose reciprocamente, vão ser, grosso modo, objeto do debate político desde o século XIX. O que é a política, finalmente, senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes indexadores e o debate que essas diferentes artes de governar suscitam (IBIDEM, 2008, p. 424)?

Com isso ele finaliza a sua aula.

Conclusão:

Este artigo buscou estudar as ideias de sociedade civil e de *homo economicus* na aula do dia 4 de abril de 1979, tal como publicada na obra de Foucault intitulada *Nascimento da Biopolítica*. Nas três seções do artigo houve introdução, desenvolvimento do tema em Foucault e diálogo de Foucault com outros autores, em especial com Adam Ferguson. Diante do exposto, foi possível contribuir para o debate de uma temática cara ao mundo contemporâneo e destacar um importante estudo feito pelo filósofo francês.

Referências Bibliográficas:

ASHEMBEM, Samantha. *Foucault, Ferguson, and civil society*. Foucault Studies, No. 20, pp. 36-51, December 2015.

DANNER, Fernando. *O sentido da biopolítica em Foucault*. Revista Estudos Filosóficos nº 4, DFIME – UFSJ, São João del-Rei-MG, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trab. br. Luiz Felipe Neves. Forense, Rio de Janeiro, 2008.

_____, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Trad. br. Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

_____, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. br. Roberto Machado. Graal, Rio de Janeiro, 2005.

_____, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. br. Raquel Ramallete. Vozes, Petrópolis, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico*. Trad. br. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VALEIRÃO, Kelin; AVELINO, Rosa. *Biopolítica na Educação*. Diálogo Canoas n. 17 jul-dez 2010.